



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Des. Patriota Malta*

6ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0202949 - 4/01

COMARCA:

AGRAVANTE:

AGRAVADO:

RELATOR:

20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL  
LUMINA - COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA  
CLARO S/A  
DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

R 5525

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO  
REGIMENTAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA  
PROFERIDA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO  
- CONVERSÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO EM  
RETIDO - POSSIBILIDADE - SÚMULA 040 DO TJPE -  
EVIDENTE AUSÊNCIA DE DANO IRREPARÁVEL OU DE  
DIFÍCIL REPARAÇÃO À AGRAVANTE QUE AUTORIZA  
O PROCESSAMENTO DO AGRAVO SOB A FORMA DE  
INSTRUMENTO - DECISÃO QUE POSTERGOU PEDIDO  
DE EMENDA À DECISÃO ANTECIPATÓRIA DE TUTELA  
APÓS OITIVA DA PARTE ADVERSA - APLICAÇÃO DO  
ART. 527, II, DO CPC - MERA REPETIÇÃO DOS  
ARGUMENTOS QUE SERVIRAM DE SUPORTE A  
INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO -  
INEXISTÊNCIA DE ELEMENTO NOVO CAPAZ DE  
MODIFICAR A DECISÃO COMBATIDA - AGRAVO NÃO  
PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Regimental nº 0202949-4/01, em que figuram como Agravante LUMINA - COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA e como Agravado CLARO S/A, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "À unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto da turma", tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 05 de fevereiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª Câmara Cível**

*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

**6ª CÂMARA CÍVEL**

**0202949-4/01**

**AGRAVO REGIMENTAL Nº**

**COMARCA: 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**

**AGRAVANTE: LUMINA - COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**

**AGRAVADO: CLARO S/A**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental contra decisão terminativa proferida por esta relatoria que converteu na modalidade retida o agravo de instrumento nº 0202949-4, intentado pelo recorrente, por entender que a decisão prolatada pelo Juízo de piso não era passível de lhe causar lesão grave ou de difícil reparação, não se enquadrando, portanto, nas hipóteses legais que excepcionam a interposição do agravo de instrumento, determinando, em consequência, a remessa dos autos ao Juízo de origem para que sejam devidamente apensados aos autos principais.

Com efeito, o togado monocrático após ter proferido decisão interlocutória, deferindo parcialmente a antecipação de tutela formulada pelo agravante em sede de ação de danos morais c/c repetição de indébito, na qual determinou a retirada de seu nome dos cadastros de proteção ao crédito, julgou prejudicado pedido de aditamento à inicial para autorização de depósito judicial, pois entendeu necessária à ouvida da parte adversa para uma melhor apreciação dos pedidos não contemplados na decisão antecipatória. Eis o cerne do inconformismo.

Em suas razões, a Agravante, em apertada síntese, reitera as mesmas argumentações expendidas anteriormente, ressaltando a existência de perigo de lesão grave e de incerta reparação, *"tendo em vista que a não autorização para realização de depósito judicial de valor incontroverso no montante de R\$ 1.970,07 (hum mil novecentos e setenta e sete reais e sete centavos) equivalente à fatura telefônica do mês de novembro/2009 poderá ocasionar-lhe a suspensão dos serviços prestados pela empresa agravada e sua inclusão no cadastro de inadimplentes"*.

Pugna, assim, pela reforma integral da decisão terminativa, com o processamento do feito na forma instrumental e a concessão da antecipação de tutela recursal, até o julgamento definitivo do agravo de instrumento.

É o relatório, no essencial.

Recife, 29 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
**Relator**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 0202949-4/01**  
**COMARCA: 20ª VARA CÍVEL DA CAPITAL**  
**AGRAVANTE: LUMINA – COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
**AGRAVADO: CLARO S/A**  
**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO RELATOR**

Conheço do recurso ante o enunciado da atual Súmula nº 040 do TJPE:  
*"Cabe agravo interno de decisão do relator que converter agravo de instrumento em agravo retido"*

Diante desse enfoque, o direcionamento da apreciação do tema neste momento restará concentrado na decisão recorrida, ou porque em nova abordagem a parte demonstre a necessidade de outra interpretação dos fatos que lhe seja mais favorável, ou porque elementos novos de prova recomendem a retratação pretendida. Entretanto, não apresentou o recorrente, nesta sede processual, qualquer elemento capaz de modificar a decisão combatida.

Ao primeiro exame constato tratar-se de mera repetição dos argumentos que serviram de suporte ao Agravo de Instrumento, consistindo na insistência, por parte da Recorrente, na autorização para efetuar depósito judicial com o intuito de que a empresa agravada se abstenha de cortar o funcionamento das linhas telefônicas e de incluir o nome da empresa no cadastro de inadimplentes.

No caso dos autos, não obstante o agravante ter erigido como fundamento do seu recurso as premissas de lesão grave e de difícil reparação, não consigo enxergar a possibilidade de a decisão de 1º Grau – que postergou a análise dos pedidos para após a oitiva da parte adversa – lhe acarretar lesão.

Por ser inevitável, volto-me para o teor da decisão terminativa que se pede seja reconsiderada e observo as razões de convencimento que me levaram àquela decisão.

*"No caso vertente, em que movida ação ordinária pela devedora para sustar o registro de cadastro de proteção ao crédito acompanhada de pedido de tutela antecipada, inviável, ao meu sentir, o pedido posterior de depósito judicial com fins de ação de consignação, havendo, ainda, discussão jurídica sobre o débito. Não se revela pertinente, neste caso, a concessão de liminar sob pena de se incorrer em supressão de instância."*



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

A legislação, nestes casos, considera possível ao devedor ajuizar ação de consignação em pagamento incidental à ordinária de repetição, nela depositando os valores que entende devido. A consignação terá caráter acessório e será definida pelo julgamento da ação principal. Com efeito, para a ação de consignação em pagamento e a possibilidade de o devedor, potestativamente, depositar o valor que entende devido, indispensável à observância das hipóteses de cabimento previstas nos incisos do artigo 890 da lei.

Neste contexto, o pedido de consignação em pagamento, a questão merece maior aprofundamento diante das argumentações lançadas na introdução desta decisão, já que a ação principal ainda pende de dilação probatória, pelo que acertadamente decidiu o Douto Juiz a quo em determinar a ouvida da parte contrária em respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa, isto para uma melhor apreciação dos pedidos não contemplados pelo instituto da antecipação de tutela.

Assim, não se tratando de decisão suscetível de causar lesão grave e de difícil reparação, ausentes os requisitos justificadores necessários para a tramitação deste agravo na sua forma instrumentalizada, a nova regra processual impõe a sua conversão em retido.

No mais, do exame dos elementos que me chegam agora, trazidos neste regimental, volto a me deparar com as mesmas premissas, os mesmos argumentos e a mesma situação jurídica que acalentou a decisão inicial que converteu o Agravo de Instrumento em Agravo Retido, nada de novo advindo dotado de força suficiente para levar à formação de convencimento contrário àquele aqui açoitado.

Por conta dessa soma de constatações e não enxergando razões novas que me convençam a decidir em contrário, voto pela manutenção da decisão terminativa que converteu o Agravo de Instrumento nº 0202949-4 em retido, por seus próprios fundamentos.

É COMO VOTO

— Recife, 02/02/2010.  
*[Assinatura]*